Bibliografia obrigatória:

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 148-158.

PASQUALOTTO, Adalberto. A boa-fé nas obrigações civis *in* Faculdade de Direito da PUCRS. **Faculdade de Direito**: o ensino jurídico no limiar do novo século. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. p. 109-136.

Bibliografia complementar:

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**: sistema e tópica no processo obrigacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 472-477.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira. **A boa-fé e a violação positiva do contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 45-55, 75-82.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005. p. 87-9; 105-111; 142-3; 177-187.

Questões

1. Uma grande empresa de extrato de tomates pauta sua publicidade no fato de apenas usar frutos selecionados e da melhor qualidade em seus produtos. Para garantir a produção, distribui, anualmente, aos produtores locais as sementes selecionadas do produto para plantio, vindo posteriormente a adquirir as safras em sua integralidade. Em determinado ano, referida empresa entrega aos produtores as sementes a serem utilizadas. No momento da colheita, contudo, não formaliza a compra dos produtos por conta de uma inesperada queda no consumo de extrato de tomate. Sem possibilidade de venderem seus produtos a outro fornecedor, os produtores acabam amargando grandes perdas financeiras e consultam um advogado acerca da possibilidade de responsabilizar a empresa de extrato de tomate. Na qualidade do advogado, o que você faria?
2. Em tempos de crise, José resolve trocar seu carro. Decide, então, aproveitar a oportunidade quando vê anúncio em jornal de que a concessionária de uma conhecida marca está liquidando veículos semi-novos vendidos qualificados e totalmente inspecionados por seus funcionários, como parte de programa de incentivo elaborado pela própria montadora. Posteriormente, o veículo adquirido vem a apresentar diversos problemas mecânicos. Na qualidade de advogado do José, o que você faria?
3. Gabriela está com dificuldades em pagar as mensalidades de sua faculdade. Ao ganhar uma quantia como herança, resolve ir até o setor financeiro e quitar o débito. Para sua surpresa, ao verificar o cálculo atualizado do débito apresentado pela faculdade, percebe que não poderá quitá-lo em sua integralidade, porque a instituição financeira está-lhe cobrando não apenas as parcelas em atraso, devidamente atualizadas juros de mor e multa, conforme previra, mas também honorários advocatícios, embora ela nunca tenha recebido qualquer notificação, mesmo que extrajudicial, mas apenas telefonema do setor jurídico da instituição cobrando-a. Ao questionar a cobrança, foi informada que estava prevista no contrato que firmou com a faculdade e lastreada no art. 395 do Código Civil. Na qualidade de advogado de Gabriela, o que você faria?
4. A Lei n° 9.658/98, em seu art. 30[[1]](#footnote-1), estabelece que o empregado demitido sem justa causa tem direito de permanecer, por certo prazo, vinculado ao plano de saúde que lhe era fornecido pelo empregador, desde que assuma o pagamento integral pelo valor da mensalidade. Ao ser demitido do banco onde trabalhada, João foi informado pela empresa de assistência médica de que poderia continuar recebendo auxílio, nos termos legais, porém que teria de mudar de plano de saúde, já que o anteriormente contratado não era disponibilizado para contratação individual, nos termos do estatuto da prestadora de serviços. Assim, foi-lhe oferecida a troca por plano com menor cobertura e mais caro. Descontente, João procura você para que o aconselhe sobre suas opções legais.
5. Considere a seguinte hipótese:

Uma famosa montadora de veículos italiana é conhecida pela cor vermelha da pintura de seus carros esportivos. A mistura de pigmentos que forma a referida cor é considerada um segredo industrial patenteado e o processo de fabricação da tinta é igualmente especial e registrado. A antiga fábrica que produzia a tinta fecha, obrigando a montadora a procurar novos parceiros para produção do material. Uma pequena fábrica da tintas automotivas inicia as tratativas para passar a fornecer o material e adequa toda a sua linha de produção para fabricar, com a exclusividade exigida pela montadora, a tinta vermelha característica dos carros italianos.

A partir dos elementos acima referenciados, responda às seguintes indagações:

(a) Após todo o dispêndio realizado com a adequação da linha de produção da pequena fábrica de tintas, a montadora de carro decide passar a fabricar, ela própria, a tinta para pintura de seus carros e, como ainda não havia sido assinado o contrato de fornecimento, decide simplesmente abandonar as negociações. Pode o dono da fábrica de tintas exigir algum ressarcimento da empresa automotiva?

(b) Considerando-se que o contrato tenha sido efetivamente celebrado, poderá a pequena fábrica fornecer a tinta patenteada também para os concorrentes da montadora?

(c) Considere, agora, que o contrato foi celebrado e as empresas mantiveram um bom relacionamento comercial por diversos anos. Repentinamente, a montadora resolve passar a produzir a tinta especial para seus carros e denuncia o contrato de um dia para o outro. Como vingança pela resilição inesperada do contrato, o dono da fábrica de tintas resolve vender aos concorrentes da empresa automotiva o segredo para criação da tinta especial. O que poderá fazer a empresa automotiva? Qual a natureza da responsabilidade do dono da fábrica de tintas?

1. Art. 30.  Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. [↑](#footnote-ref-1)